

O projecto MIT – uma iniciativa de colaboração transfronteiriça com preocupações de acessibilidade

ELISABETH KASTENHOLZ * [elisabethk@ua.pt]

FILIFE CARVALHO ** [filipe.carvalho@cm-lousa.pt]

CLÁUDIA PINHO *** [claudiapinho@netc.pt]

JOANA AZEVEDO **** [joana.ip.azevedo@gmail.com]

1. Introdução

O projecto “MIT – Mobilidade, Inovação e Território” enquadra-se nas iniciativas da Comunidade de Trabalho Castilla y León – Região Centro de Portugal, existente desde 1995, que tem por objectivo promover a valorização da realidade territorial das duas regiões através de iniciativas de colaboração. Esta comunidade de trabalho foi presidida entre 2006 e 2008 pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que dinamizou, juntamente com a Junta de Castilla y León, a realização de um trabalho de diagnóstico e identificação de estratégias de desenvolvimento em seis áreas, entre outras, na área de turismo, que será o foco deste artigo, embora a consideração das ligações com as demais áreas trabalhadas seja fundamental para o sucesso de qualquer proposta estratégica de desenvolvimento territorial.

No dia 17 de Novembro de 2008 apresentaram-se, na cidade de Viseu, alguns dos resultados do trabalho desenvolvido no âmbito da 1.ª parte do projecto MIT, coordenado pelo Professor Doutor Augusto Mateus, e que serão resumidos num *Roadbook*, que sintetiza o processo de prospectiva e reflexão conjunta realizado e identifica propostas de actuação mais concretas e iniciativas piloto sugeridas por parte de entidades das duas regiões envolvidas.

Nos trabalhos realizados na área do turismo, coordenados pela Professora Doutora Elisabeth Kastenholtz, da Universidade de Aveiro, o tema do turismo acessível surgiu como preocupação especial, em diversas reuniões de trabalho, partilhada pelos agentes das duas regiões ibéricas, sendo possível identificar a acessibilidade como potencial marca distintiva para o desenvolvimento de um destino turístico de excelência *Centro - Castilla y León*.

* **Doutorada em Turismo** pela Universidade de Aveiro e **Docente** no Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

** **Mestrando em Gestão e Planeamento em Turismo** na Universidade de Aveiro e **Coordenador** de Projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível” – Câmara Municipal da Lousã.

*** **Mestranda em Gestão e Planeamento em Turismo** na Universidade de Aveiro.

**** **Mestranda em Gestão e Planeamento em Turismo** na Universidade de Aveiro.

Neste artigo apresentar-se-á, em primeiro lugar, o projecto MIT, os seus objectivos e o seu significado para o desenvolvimento de dois territórios vizinhos, mas divididos por uma fronteira que insiste em condicionar desfavoravelmente as potenciais dinâmicas económicas e sócio-culturais do território comum. Dar-se-á particular ênfase ao domínio do turismo, apresentando uma breve análise do potencial existente nos dois territórios, explorável numa óptica de cooperação transfronteiriça. Finalmente, reflectiremos sobre a relevância da acessibilidade neste contexto de dinamização transfronteiriça no âmbito do turismo.

2. O projecto MIT

O projecto MIT tem por objectivo promover a valorização da realidade territorial das duas regiões, através do desenvolvimento da cadeia de valor das infra-estruturas e equipamentos de mobilidade e transportes que estão construídos ou em vias de construção, designadamente centrados no Corredor Irún-Portugal (ver figura 1), e visa concretamente:

- atrair novas actividades económicas;
- potenciar novas polarizações sectoriais;
- criar serviços com maior valor acrescentado;
- incentivar a inovação e o desenvolvimento tecnológico associado a toda a problemática da mobilidade, dos transportes e das comunicações;
- envolver activamente os agentes do território, nomeadamente as entidades públicas e privadas; capazes de mobilizar as energias de Castilla y León e da Região Centro em projectos de colaboração transfronteiriça;
- fortalecer as já existentes boas relações entre Castilla y León e Região Centro, consolidando-as para melhorar o posicionamento de ambas as regiões no concerto das regiões europeias;
- num contexto de preparação das propostas a apresentar à Comissão Europeia para financiamento no quadro do próximo período de programação (2007-2013).



Figura 1 | Corredor Irún-Portugal.

Este “MIT Ibérico” visa assim contribuir para um enquadramento estruturante, estratégico e consensual para ambas as regiões que potencie a concretização de acções inovadoras no âmbito das dinâmicas territoriais de desenvolvimento. Integra múltiplas vertentes, complementares e interligadas entre si, para dar corpo a um projecto global e coerente. Neste sentido, foram constituídas 6 áreas temáticas de análise, discussão e trabalho específicas, a saber: Transporte e Logística; Ordenamento do Território; Indústria; Comércio e Serviços; Inovação e Desenvolvimento Tecnológico; Turismo; e Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Embora todas estas áreas estejam interligadas, o presente texto centra-se especificamente nos resultados preliminares do trabalho da área de Turismo, coordenado pela respectiva perita do MIT, a Prof. Doutora Elisabeth Kastenholtz, e auxiliada pelas bolsistas de investigação Dr.ª Cláudia Pinho e Dr.ª Joana Azevedo, bem como apoiado pelo especialista na área do Turismo da Região Centro, o Dr. Filipe Carvalho.

Para atingir os objectivos ambicionados foi desenvolvida uma metodologia de trabalho em duas fases: uma primeira dedicada a um diagnóstico da situação nos dois territórios em causa e uma reflexão e análise prospectiva, uma segunda, de maior ênfase na dimensão de concretização, preocupada

com a sugestão de um projecto “estruturante” e um conjunto de projectos complementares, a serem colocados em prática pelos *stakeholders*, interessados e intervenientes activos nos dois territórios.

Na área de trabalho de turismo, realizou-se assim, na primeira fase, entre Abril e Julho de 2008, um diagnóstico da situação do sector em ambos os territórios, com base na análise de vários documentos, estatísticas, estudos, planos e informações recolhidas de diversas fontes identificadas ao longo destes meses. Foram, entre outros, analisados vários planos como o PENT (MEI, 2007), o PROTC (CCDRC, 2008), o PEDT Beiras (ADTRC, 2001), o Plan de Turismo de Castilla y León (Junta de CyL, 2002a) e o Plan Forestal de Castilla y León (Junta de CyL, 2002b) e programas como o PNPOT (MAOTDR, 2007) e o POR Centro 2007-2013 (CCDRC, 2007). Uma das fontes consideradas mais relevantes foi a intervenção de um conjunto de agentes activos nos dois territórios, tanto do sector público como privado.

¹ Infelizmente, por motivos de agenda e logísticos, não foi possível concretizar, na segunda fase dos trabalhos preparatórios do MIT, uma reunião no domínio do turismo cultural, apesar do seu grande potencial para a dinamização do turismo numa perspectiva de colaboração entre Região Centro e Castilla y León. Contudo, as reuniões da 1.ª fase já apontaram este mesmo potencial, bem como as várias referências dos intervenientes da 2.ª fase nas reuniões temáticas realizadas, no sentido de associar os produtos à componente do património cultural.

Assim, foram realizadas quatro reuniões na primeira fase, incidindo sobre perspectivas de desenvolvimento turístico em ambos os territórios e quatro na segunda fase, com o objectivo de uma maior concretização do potencial identificado, através do reconhecimento de projectos específicos e potenciais parcerias, tendo sido planeadas reuniões mais temáticas nas áreas de intervenção (produtos-mercados) consideradas mais relevantes para a colaboração entre as duas regiões: turismo de natureza, rural, cultural e enoturismo/ gastronómico¹ (ver Quadro 1).

Realizou-se ainda um inquérito dirigido aos participantes das reuniões da primeira fase para consolidar os resultados da reflexão prospectiva (taxa de resposta = 39%).

De notar que as 8 reuniões de trabalho realizadas tiveram a presença de um vasto número de entidades ligadas ao turismo rural, cultural, acessível, de natureza/activo, enoturismo e turismo gastronómico, ao alojamento, à promoção/organização em turismo, à formação/investigação, e contaram ainda com representantes de operadores turísticos, associações de desenvolvimento local e regional, câmaras municipais, para além da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, da Junta de Castilla y León e do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças. Esta participação

Quadro 1 | Reuniões na área do turismo

| Local | Data | N.º de entidades | | | N.º de participantes | | | Tema |
|-----------------|----------------|------------------|-----|-------|----------------------|-----|-------|---|
| | | RC | CyL | Total | RC | CyL | Total | |
| 1.ª FASE | | | | | | | | |
| Guarda | 16 de Abril | 10 | 4 | 14 | 13 | 4 | 17 | Diagnóstico da situação, na perspectiva dos <i>stakeholders</i> |
| Salamanca | 19 de Maio | 12 | 7 | 19 | 14 | 8 | 22 | |
| Almeida | 12 de Junho | 11 | 4 | 15 | 13 | 5 | 18 | |
| Salamanca | 01 de Julho | 7 | 4 | 11 | 14 | 5 | 15 | |
| Total* | | 28 | 14 | 42 | 37 | 20 | 57 | |
| 2.ª FASE | | | | | | | | |
| Lousã | 01 de Outubro | 15 | 2 | 17 | 23 | 3 | 26 | Turismo de natureza I Parceria PRIVETUR/ASETUR T. Natureza II (BuY NATURE) T. Gast. e Enoturismo |
| Aveiro | 27 de Outubro | 2 | 1 | 3 | 4 | 1 | 5** | |
| Salamanca | 29 de Novembro | 4 | 7 | 11 | 5 | 7 | 12 | |
| Tordesilhas | 11 de Novembro | 4 | 15 | 19 | 6 | 17 | 23 | |
| Total* | | 19 | 24 | 43 | 31 | 27 | 58 | |

* Os valores dos totais (na horizontal) não são iguais à soma das reuniões porque houve entidades e participantes que foram a mais do que uma reunião.

** Uma pessoa representou 2 entidades.

muito activa e generosa dos agentes do território foi decisiva para uma análise mais correcta da situação e uma reflexão mais válida sobre vias de desenvolvimento com potencial efectivo. Demonstra igualmente, e isto ficou também patente pelo conteúdo das intervenções, uma grande vontade dos diversos agentes do território em qualificarem a sua oferta, contribuírem para a criação de um destino turístico mais competitivo, e em se juntarem em redes estratégicas para ganhar outra força de intervenção, destacando-se a colaboração em redes transfronteiriças claramente como uma estratégia desejada por muitos.

2.1.0 turismo na Região Centro e Castilla y León – um breve diagnóstico

Para compreender a realidade do turismo, bem como o potencial de desenvolvimento em ambas as regiões importa, em primeiro lugar, caracterizar resumidamente o contexto administrativo, geográfico e sócio-demográfico dos dois territórios.

Assim, a RC agrupa 12 NUTs III e 100 concelhos, ocupando uma área de 21.286 Km² (23% do território português). CyL ocupa uma superfície muito maior, estimada em 94.225 Km² (18,6% do território espanhol) e é dividida em 9 províncias e 93 comarcas e 2.248 *ayuntamientos*. De destacar é a relativa autonomia política de CyL, enquanto região autónoma, quando comparado com o estatuto da Região Centro de Portugal.

A nível populacional a diferença não é tão grande. Em 2006, residiam na RC 2.385.891 pessoas enquanto que em CyL, para o mesmo ano, se registavam cerca de 2,5 milhões de habitantes, o que resulta numa densidade populacional muito superior na RC (85 habitantes/km²), comparativamente a CyL (27 habitantes/km²). De notar que a densidade populacional não é homogénea dentro de cada região, sendo maior no litoral da RC e nas cidades do eixo Irún-Portugal em CyL.

Ambas as regiões ocupam uma posição estratégica a vários níveis. Relativamente a Portugal, a RC ocupa uma posição central com ligação a corredores estruturantes de mobilidade entre as duas grandes áreas metropolitanas do país, Lisboa e Porto. CyL também ocupa uma posição relativamente central em Espanha através de ligações com quase todas as províncias espanholas (entre elas Madrid). Em relação à Europa e ao resto do mundo, a ligação faz-se pelo corredor Irún-Portugal, da Rede Transeuropeia de Transportes, que atravessa as duas regiões, indo desde Aveiro (Atlântico), Viseu, Guarda (RC), passando por Salamanca, Valladolid, Burgos (CyL) e chegando a Irún, fazendo a ligação com França.

A fronteira entre as duas regiões situa-se entre a província de Salamanca e a Beira Interior Sul. Contudo, existe uma continuidade a nível geográfico/natural e cultural/histórico. CyL é essencialmente uma grande planície central, que se encontra rodeada por uma série de sistemas montanhosos. Um desses sistemas é a Cordilheira Central (a sul) que entra em território português (a RC), e é constituída por várias serras, das quais se destaca a Serra da Estrela. As Áreas Classificadas, que representam 14% do território em CyL e 10% na RC, são na fronteira, pelo menos em parte, contíguas na zona do rio Douro e na Serra da Malcata (RC) e Serra da Gata (CyL). A nível cultural/histórico existe um património comum muitíssimo rico, visto que estas duas regiões, tal como toda a Península Ibérica, viveram acontecimentos históricos semelhantes, visíveis em todo um vasto património que abrange, desde o mais físico (como os castelos de fronteira) até ao mais imaterial da Cultura Humana, como as lendas, o modo de vida e a origem das línguas.

Todo este contexto oferece um potencial muito interessante por explorar para o desenvolvimento do turismo no território conjunto. O *diagnóstico* do turismo revelou, na componente da *oferta de alojamento*, uma clara supremacia de CyL sobre a RC quanto à capacidade de alojamento disponível (ver figura 2), destacando-se o sector hoteleiro em CyL,

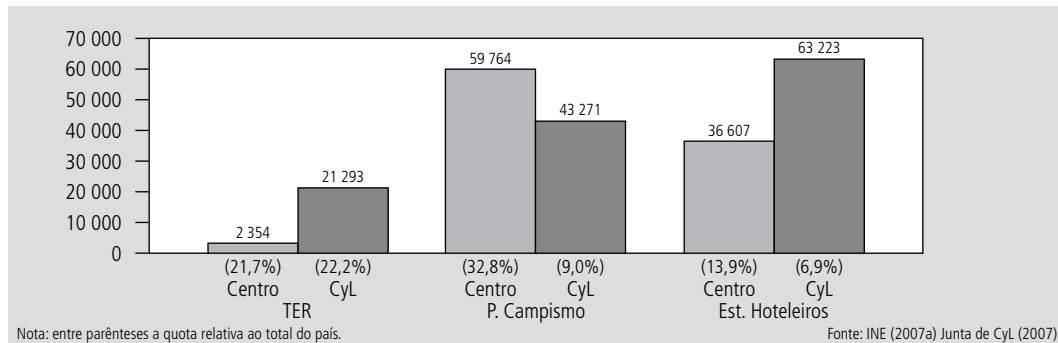


Figura 2 | Capacidade de alojamento em 2006 (n.º de camas).

apesar da sua modesta quota relativamente ao total do país (7%), e o campismo na RC (33% da oferta nacional). Importa ainda realçar a modalidade TER em CyL, com uma capacidade que se situa cerca de 9 vezes acima da mesma oferta na RC, sendo duas vezes superior ao total de alojamento TER existente em Portugal. Somando a capacidade de alojamento das três modalidades nas duas regiões, obtém-se um total de 226.512 lugares disponíveis, dos quais 127.787 (56,4%) em CyL e 98.725 na RC.

Analisando as taxas de crescimento da oferta de alojamento, nos últimos 5 anos, verifica-se um aumento mais significativo na RC (9,2%) que em CyL (4,3%), excepto nas unidades TER, em que a comunidade espanhola apresenta uma taxa média anual de crescimento de capacidade de 17,7%. Verifica-se que a distribuição desta oferta de alojamento não é homogénea no interior das duas regiões. Na RC observa-se uma assimetria litoral-interior, que denota a maior atractividade da zona costeira, e em CyL uma maior relevância das cidades situadas no Eixo "Irún-Portugal", Burgos, Valladolid e Salamanca, que detêm 50% da capacidade total de alojamento hoteleiro de CyL. Para além destas constatações, ressalva-se ainda o facto de a zona de fronteira apresentar uma capacidade de alojamento relativamente superior a outras zonas do interior, em ambas as regiões.

Em relação à procura, no total das três modalidades analisadas (unidades TER, parques de campismo e estabelecimentos hoteleiros), contabilizaram-se,

em 2006, 16.101.775 dormidas nas duas regiões: 64,7% em CyL e 35,3% na RC. As taxas de crescimento médio anual da procura têm sido positivas nos últimos cinco anos (mais uma vez superiores na RC que em CyL), embora inferiores aos valores da oferta, o que aponta para um certo desfasamento entre oferta e procura. Observa-se ainda uma fragilidade comum em ambos os territórios: a curta duração de estada na hotelaria (1,6 noites/hóspede em CyL e 1,9 noites/hóspede na RC).

Face a estes números, a performance de todos os meios de alojamento analisados é relativamente pobre, as taxas de ocupação não atingem os 40% na hotelaria em CyL (a taxa média em Espanha ronda os 56% em 2006) e na RC os valores são menores, não atingindo os 30% (também inferior à média nacional de 40%). A situação é mais preocupante no TER: em CyL, as taxas de ocupação não atingem os 22% (apesar do relativo dinamismo desta região) e na RC as taxas situam-se na ordem dos 10%, em 2006 (média nacional de 14%).

Numa análise da constituição do mercado (figuras 3 e 4), verifica-se que o mercado das duas regiões é predominantemente doméstico, com 84% do total de dormidas na hotelaria em CyL e 65% na RC. Esta realidade apresenta relativa heterogeneidade sobretudo na RC, destacando-se uma predominância do mercado estrangeiro no Médio Tejo (Fátima) e uma maior importância deste no litoral, com destaque para o Baixo Mondego (Coimbra) e para a NUT Oeste, próxima de Lisboa.

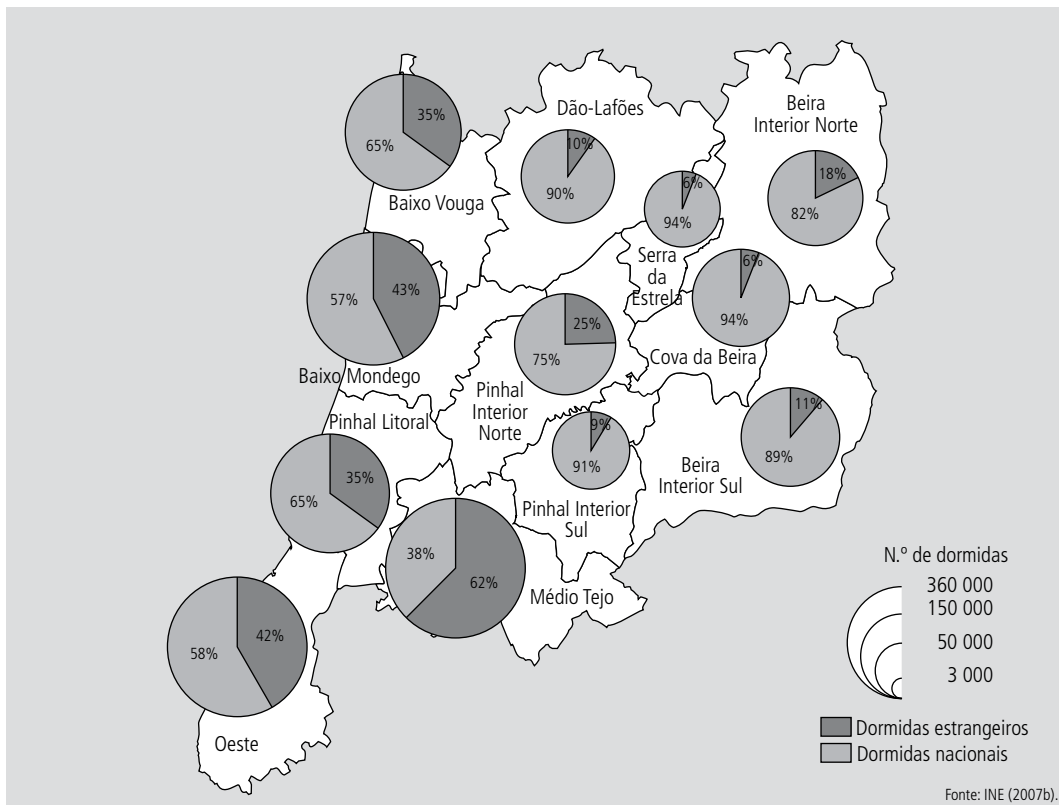


Figura 3 | Dormidas na RC na hotelaria por origem em 2006.

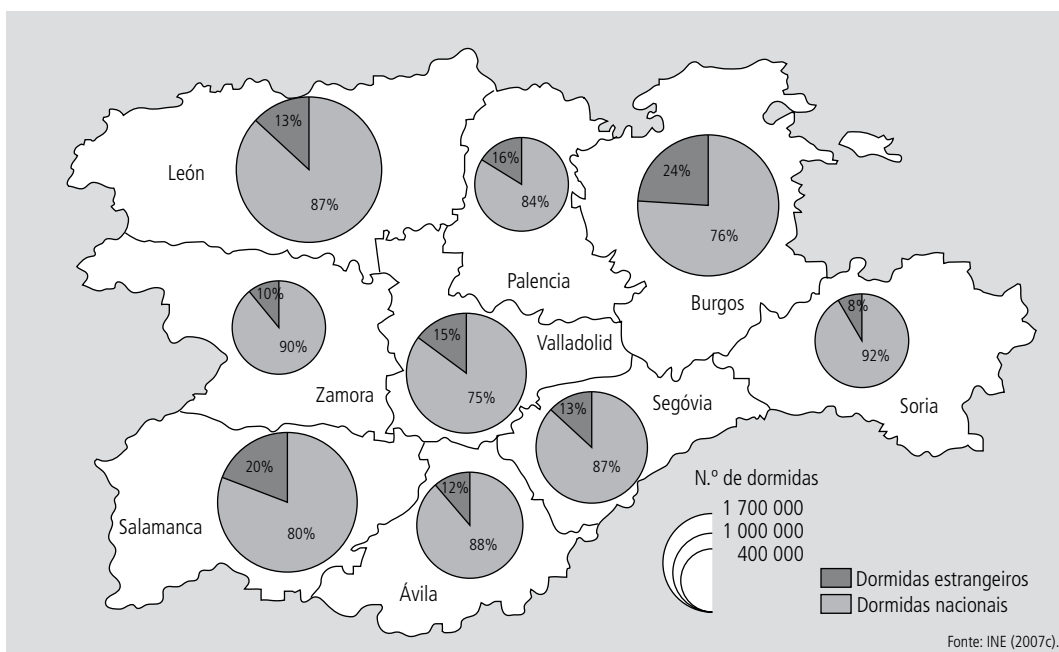


Figura 4 | Dormidas em Cyl na hotelaria por origem em 2006.

Em CyL verifica-se que as Províncias que se situam no corredor “Irun-Portugal” são as que apresentam valores ligeiramente superiores de dormidas de estrangeiros.

Neste contexto, interessa ainda salientar que o mercado Espanhol ocupa já 10% do mercado global da RC, enquanto que o mercado português só representa 3% do global de dormidas em CyL. Com alguma expressão nos dois territórios apresentam-se ainda os turistas oriundos da França (próxima do Corredor), do Reino Unido, da Alemanha e da Itália.

Como resultado da auscultação dos *stakeholders* conclui-se que existe uma clara consciência sobre as oportunidades para o desenvolvimento turístico através da cooperação transfronteiriça, uma vez que ambos os territórios partilham uma realidade geográfica e sócio-cultural comum e enfrentam problemas semelhantes: baixas taxas de ocupação no alojamento, forte dependência de poucos mercados, sobretudo do mercado doméstico, períodos de estada muito curtos, reforçando a ideia do “território de passagem”.

Por outro lado, a quantidade, diversidade e qualidade de recursos patrimoniais existentes em ambas as regiões, associados a diferentes contextos, dinâmicas socio-económicas e culturais específicas e distintas abordagens de criação de produtos turísticos em cada região, poderá constituir-se numa mais-valia no contexto competitivo internacional. Contudo, verifica-se a necessidade de integrar estes recursos e produtos parcelares em ofertas integradas devidamente estruturadas, visíveis e apelativas.

Neste sentido, urge criar, primeiramente, produtos de qualidade, com forte ligação às características únicas e identitárias dos respectivos territórios, trabalhando os diversos níveis da “cadeia de valor” (organização, gestão, divulgação e comercialização articulada) e proporcionando uma memorável “experiência global do destino”.

Para tal, foram identificados alguns produtos-mercados com maior potencial de desenvolvimento conjunto, devido a boas perspectivas de mercado

e presença de valores patrimoniais distintivos, de elevada qualidade, em ambos os territórios, nomeadamente: Turismo de natureza/turismo activo; Turismo cultural; Turismo rural; Turismo gastronómico e enoturismo e o *Touring* cultural e paisagístico.

Foi também consensual a ideia de a maioria dos produtos existentes, quer na RC quer em CyL, serem de pequena dimensão e, individualmente, de valor atractivo reduzido, sendo neste sentido pertinente um trabalho conjunto ao nível do desenvolvimento de produtos compósitos, mais apelativos para o turista, potenciando a dimensão, qualidade, visibilidade e viabilidade da oferta. A colaboração entre os diversos actores ao nível do destino e entre as duas regiões, poderia assim permitir ganhar “massa crítica”, sinergias, qualidade inovadora e competitividade, à escala internacional, tanto ao nível do desenvolvimento dos produtos/destino como ao nível da sua promoção.

Para sistematizar algumas das conclusões do diagnóstico realizado, apresenta-se seguidamente uma análise SWOT resumida que aponta para o contexto do grande desafio que se coloca ao futuro das duas regiões, no âmbito do desenvolvimento turístico (Quadro 2).

Neste contexto difícil e exigente, mas também repleto de oportunidades, a colaboração transfronteiriça foi genericamente vista como oportunidade para um melhor desenvolvimento turístico, embora haja alguma falta de conhecimento do “outro lado da fronteira”, continuando a existir muitas “fronteiras psicológicas” que devem ser vencidas. É também neste contexto que o “Manual de Etapa” na área de turismo sugere a realização de um projecto estruturante e um conjunto de projectos complementares que visam, de modo mais sistemático, a concretização de várias ideias e a conjugação de múltiplas vontades identificadas ao longo das várias reuniões de trabalho, contactos e conversas efectuadas com diversos actores do território em causa.

Quadro 2 | Análise SWOT

| | |
|---|--|
| <p>Pontos fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> – Posicionamento estratégico: em relação a importantes núcleos populacionais em P e SP; através do corredor Portugal - Irún → Resto da Europa; – Boas acessibilidades entre os principais núcleos urbanos; – Globalmente boa capacidade de alojamento, presença de infra-estruturas e equipamentos turísticos; – Grande dinamismo do TER em Cyl; – Importante matriz histórico-cultural comum; – Riqueza e diversidade de recursos patrimoniais; – Elevados níveis de fidelização da clientela doméstica; – Na RC: algumas áreas de atracção de mercados internacionais; – Instituições de ensino superior, investigação e ensino profissional; – Existência de iniciativas inovadoras e de excelência em ambas as regiões, incluindo experiências em rede. | <p>Pontos fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> – Desertificações e envelhecimento da população, sobretudo nas zonas rurais no interior; – Fracas acessibilidades em algumas zonas; – Falta de aeroporto regional; – Pequena dimensão e pouca profissionalização da maioria das empresas turísticas; – Lacunas ao nível da formação profissional mais especializada; – Lacunas ao nível da organização do produto turístico, tendo em vista mercados específicos; – Fraca criação de valor associado ao património; – Informação turística e sinalética rodoviária insuficiente; – Problemas ao nível do ordenamento do território e preservação do património natural e cultural; – Falta de articulação entre agentes e sectores para um planeamento integral do turismo; – Destino de passagem, com estadas médias e taxas de ocupação baixas; – Pouca presença do mercado internacional, na generalidade do território. |
| <p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> – Globalização: estandardização do estilo de vida → valorização do tradicional, do diferente, “único”; – Crescimento do número de turistas internacionais, diversificação das origens; – Aumento do turismo sénior e da exigência para um “turismo mais acessível”; – Aumento das viagens de curta duração, várias vezes ao longo do ano; – Procura crescente de férias diversificadas e activas, de natureza, culturais, de saúde e bem-estar, de novos produtos e novos destinos; – Procura de ofertas mais sustentáveis; – Exigência de “qualidade total” da experiência turística (todos os elementos do sistema turístico: ambiente, património, hospitalidade, serviços, equipamentos, actividades, informação e interpretação); – Aumento das viagens independentes, “à la carte”, ...; – Crescente utilização da internet (procura e troca de informação, viagens virtuais, reservas...). | <p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> – Globalização: estandardização do estilo de vida, perda de valores identitários (se não houver esforço de preservação/valorização); – Aumento da concorrência entre destinos, à escala global; – Falsa identificação de “concorrentes”, de agentes/localidades/regiões próximos, que podem ser aproveitados como parceiros; – Procura e oferta excessiva em algumas áreas sensíveis; – Degradação do património natural e cultural – perda de recursos primários; – Mudanças climáticas (perigo de desertificação em zonas da península ibérica e condições para viagens menos apelativas nos meses de maior calor); – Petróleo: efeito CO₂, escassez, preço → alternativas viáveis para carro e avião ainda não previsíveis. |

2.2. Os projectos e linhas de acção

Os projectos sugeridos na área do turismo (ver figura 5), a serem integrados num projecto mais amplo de desenvolvimento sustentável das duas regiões através da dinamização do Corredor “Irún-Portugal”, ou melhor “Continente - Atlântico”, centram-se num projecto estruturante de turismo, integrado na “Rede de Governança da Cooperação Territorial CenCyl” (Mateus, 2008), e num conjunto de projectos complementares de realização do potencial turístico através da criação de produtos centrados em experiências do património, no *touring*, e através da qualificação de toda a oferta, com abordagens inovadoras e ligações mais competitivas ao mercado-alvo.

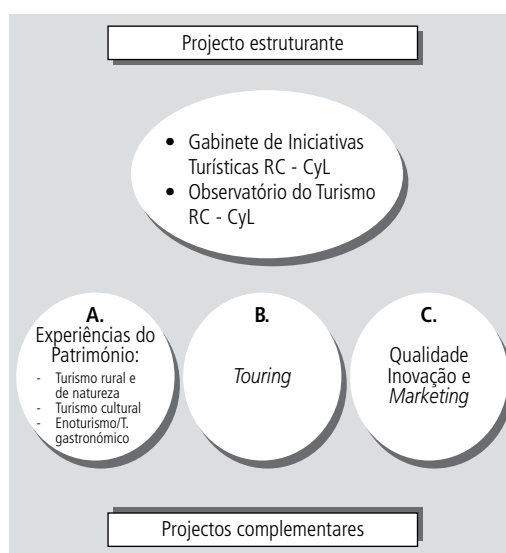


Figura 5 | Projecto estruturante e projectos complementares.

O *projecto estruturante* tem em conta uma das conclusões mais evidentes do diagnóstico do MIT, o desconhecimento da realidade do território vizinho e a necessidade de criar uma melhor articulação institucional entre os dois territórios para enquadrar e incentivar a efectiva colaboração na área do turismo. Assim, o objectivo geral do projecto estruturante é reforçar o *conhecimento mútuo e o enquadramento institucional das iniciativas de colaboração*. O componente 1 deste projecto estruturante, designado de "Gabinete de Iniciativas Turísticas Centro – Castela e Leão", visa reforçar o apoio institucional a iniciativas do sector, através de uma individualização/especialização das iniciativas de colaboração transfronteiriça Centro - Castilla y León no domínio do Turismo, no âmbito do GIT e duas entidades regionais do turismo. O objectivo do componente 2, do "Observatório do Turismo *Centro - Castela e Leão*" é melhorar o conhecimento sobre a realidade do sector no território conjunto, funcionando sobretudo através de partilha de informação digitalizada, num contexto "intranet" (entre o observatório e os associados). Poderão associar-se todos os actores envolvidos no sector (p.ex: Câmaras Municipais, *Ayuntamientos*, Patronatos de Turismo, Universidades e Centros de Investigação, Associações de Desenvolvimento, empresas e associações de alojamento, de restauração, museus, parques naturais, centros culturais, operadores turísticos, etc.), que terão assim acesso a uma base de dados rica e actualizada, e que serão igualmente chamados para participarem em estudos e *workshops*.

Com base neste melhor conhecimento mútuo e enquadramento institucional poderão ser desenvolvidos projectos que ambicionam a criação de produtos/destinos turísticos de excelência. O primeiro conjunto de projectos complementares sugere-se no âmbito de "Experiências do Património", aproveitando-se o riquíssimo património cultural, natural e rural identificado como marca distintiva e simultaneamente unificadora dos dois territórios, para proporcionar experiências turísticas apelativas

e únicas, assentes na vocação natural de cada região. Foram já identificadas algumas parcerias reais (por exemplo entre Privetur e ASETUR, duas associações de alojamento de turismo em espaço rural), e vontades de colaboração manifestadas (nos domínios do turismo de natureza e activo e do enoturismo/turismo gastronómico), sendo também o turismo cultural uma área de grande potencial para projectos conjuntos (por exemplo através do desenvolvimento de uma agenda cultural conjunta).

O *Touring*, outro dos projectos complementares, pretende a valorização de um riquíssimo conjunto de recursos patrimoniais, de diversa natureza, numa perspectiva de "experiência diversificada", assente numa oferta do tipo "multi-produtos" que pode ser usufruída de modo "à la carte", por parte de turistas independentes, ou oferecida como pacote trabalhado por um operador turístico. Ofertas neste domínio podem integrar os produtos de excelência criados no âmbito das "Experiências do Património", mas requerem um desenho e uma divulgação próprios, adaptados aos requisitos desta experiência itinerante.

Finalmente, o projecto complementar "Qualidade, Inovação e *Marketing*" é de natureza transversal e será fundamental para a qualidade, competitividade e eficácia das apostas conjuntas e requer uma orientação e supervisão estratégica articulada por parte das entidades com responsabilidade sobre o desenvolvimento turístico em ambos os territórios. Destacamos, neste âmbito, as iniciativas que se sugerem para fomentar o turismo acessível, que poderá constituir-se como marca distintiva para um destino de excelência "Região Centro - Castilla y León".

2.3. Turismo acessível no âmbito do MIT

De acordo com o *English Tourism Council* (2000) "o *turismo acessível* refere-se ao conjunto de serviços e infra-estruturas capazes de garantir

às pessoas com necessidades especiais apreciar as suas férias e tempos de lazer sem barreiras ou problemas particulares". Trata-se, neste contexto, de um atendimento às necessidades específicas de uma pessoa que "...sofre algum tipo de limitação na sua capacidade relacional e apresenta necessidades especiais durante a viagem, no alojamento ou noutros serviços turísticos. Inclui essencialmente pessoas com incapacidades físicas, sensitivas ou intelectuais ou outros que se encontrem em condições de saúde e de idade que requerem cuidados especiais temporária ou permanentemente" (OMT, 2005).

Segundo a mesma entidade, o grupo de pessoas com incapacidade abrange já cerca de 50 milhões de pessoas na Europa, i.e. 10% da população, estimando-se que 1 em cada 4 lares europeus viva uma pessoa com incapacidade e se atendermos às tendências demográficas de envelhecimento das sociedades ocidentais (principais mercados emissores em turismo), não restam dúvidas em relação à relevância actual e futura deste grupo de pessoas enquanto segmento de mercado turístico com necessidades especiais.

Devile (2007) sugere que este grupo, no fundo, inclui pessoas que por motivos diversos apresentem dificuldades de movimentação, como pais com carrinhos de bebé e até pessoas com bagagem pesada. Este entendimento mais lato da pessoa com necessidades especiais aponta para o facto de qualquer pessoa poder estar, em alguma altura da sua vida, transitoriamente ou mais permanentemente, incluída neste grupo. Para além disso, e de acordo com Buhalis *et al.* (2005), o conceito de turismo acessível estende-se ainda a todas aquelas pessoas que são, directa ou indirectamente, afectadas por um familiar ou amigo nestas condições.

O turismo acessível, também designado de "Turismo para Todos" pode ser considerado uma *forma do turismo social*, pois procura vencer obstáculos que impedem um indivíduo de exercer o seu direito de fazer turismo, de viajar, de conhecer outras regiões e países, sendo este um direito considerado universal (Parecer do Comité Económico

e Social Europeu sobre o "Turismo Social na Europa", 2006/C 318/12).

Por outro lado, e concordando com a visão da *Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes* (CNAD, 2003), enquadra-se claramente na perspectiva do "Turismo de Qualidade", exigindo que a oferta turística tem em atenção não só a simples proposta das condições naturais para apreciação do visitante, mas alarga a sua preocupação à satisfação das necessidades dos potenciais clientes. Neste sentido, a exigência de qualidade e de conforto pressupõe acessibilidade total, não apenas ao nível físico mas também cognitivo e sensorial, permitindo a todos uma experiência turística de qualidade.

Deste modo, a aplicação dos requisitos do turismo acessível, por exemplo através do *Design for All* na concepção dos produtos e serviços turísticos para atingir a acessibilidade universal, pode constituir-se numa importante *vantagem competitiva* para todos os agentes turísticos que apostem nesta estratégia. Simultaneamente, ao nível do *destino* poderá permitir a criação de uma *imagem de marca distintiva*, uma vez que a maior acessibilidade do destino potencia práticas turísticas mais diversificadas e satisfatórias para todos, e poderá assim levar a um posicionamento diferenciado nos mercados turísticos em que o destino tradicionalmente actua.

Um exemplo das preocupações ao nível da acessibilidade no turismo, já parcialmente postas em prática, diz respeito a um conjunto de iniciativas que surgiram no Município da Lousã, que tem elegido o turismo acessível como estratégia de desenvolvimento de um destino turístico de excelência num projecto mais ambicioso, coordenado pelo Dr. Filipe Carvalho.

O município da Lousã, localizado na Região Centro, integra a Rede das Aldeias do Xisto com cinco aldeias, é já referenciado como um destino de Turismo de Natureza, Rural e Activo e pretende ser também o primeiro destino de Turismo Acessível em Portugal, através do projecto "Lousã, Destino de Turismo Acessível". A preocupação pela

acessibilidade e inclusão social está presente na sociedade civil deste município desde há muitos anos, tendo sido criada em 2004 na autarquia uma Provedoria Municipal das Pessoas com Incapacidade, pelo que foi natural a Lousã receber o I Congresso Nacional de Turismo Acessível, em 2007.

Tendo como objectivo principal o de ser o primeiro Destino de Turismo Acessível em Portugal, a Câmara Municipal da Lousã assume como aposta estratégica o projecto "Lousã, Destino de Turismo Acessível", cujo programa de acções contempla operações de acessibilidade na dimensão turística (unidades de alojamento, restauração e similares, iniciativas de animação), na dimensão social (serviços de segurança, saúde e apoio humano; ajudas técnicas) e na dimensão territorial (intervenção nos principais pólos de atracção turística, acessibilidade dos equipamentos públicos e desenvolvimento de novas respostas de transporte adaptado).

Foram realizadas várias iniciativas: foi desenvolvido o selo "Lousã Acessível" que é concedido a estabelecimentos que se tornaram acessíveis a pessoas com incapacidade, contando actualmente já com 108 estabelecimentos aderentes; foi projectado um percurso pedestre "Trilho do Espigão Acessível", um caminho pedestre acessível para a observação dos veados; uma acção de formação sobre a temática das "Acessibilidades e *Design for all*"; e foi levada a cabo uma escapadinha "Lousã acessível", um pacote de fim-de-semana comercializado pela agência de viagens especializada *Accessible Portugal*.

Para obter financiamento a Câmara Municipal da Lousã realizou três candidaturas: ao Programa Operacional (PO) de Potencial Humano (já aprovado) que permite a instalação da equipa técnica para a concepção de conteúdos, a troca de experiências, estudos de acessibilidade, etc; ao PO Temático de Valorização do Território para a intervenção ao nível das infra-estruturas; e ainda ao programa de Iniciativa Comunitária Interreg-sudoe, uma candidatura conjunta com Ávila e Palma de Maiorca, liderada pela Lousã, para a criação de uma rede de

destinos de turismo acessível a nível europeu e que visa a intervenção pública em espaços urbanos.

Verifica-se assim, já uma parceria entre dois municípios da RC e CyL, entre a Lousã e Ávila, em matéria do turismo acessível, mas efectivamente, nas várias reuniões realizadas no âmbito do projecto MIT e em que participaram o Coordenador do projecto "Lousã, Destino de Turismo Acessível", o Dr. Filipe Carvalho, representantes da Provedoria Municipal das Pessoas com Incapacidade da Lousã, nomeadamente o Dr. José Ernesto Carvalhinho, o Dr. António Lago Queiroz, a Dr.ª Isabel Dias e a Dr.ª Ana Garcia, directora da *Accessible Portugal*, 1.ª agência de viagens e empresa de animação turística vocacionada para pessoas com incapacidades em Portugal, o tema do turismo acessível foi recorrente discutido.

Pode-se mesmo concluir que a acessibilidade da oferta turística foi até por muitos dos representantes dos diversos sub-sectores e entidades do turismo reconhecida como uma potencial marca de distinção para a criação de ofertas de excelência, tanto em projectos individuais como de colaboração transfronteiriça.

Assim, os representantes do TER demonstraram sensibilidade para o assunto, apontando contudo também para a necessidade de simultaneamente garantir acessibilidade ao nível das localidades rurais e ofertas complementares do turismo. Houve interesse demonstrado pelos intervenientes públicos e privados na área do Turismo de Natureza que referiram alguma falta de conhecimento das necessidades específicas deste mercado como impedimento para a criação de mais ofertas de turismo de natureza e activo. A intervenção da representante da *Accessible Portugal*, a este respeito, foi muito motivadora, na medida em que manifestou uma atitude muito construtiva da sua empresa no sentido de apoiar as iniciativas privadas que se pretendem criar nesta área, uma vez que é detentora de um grau de conhecimento muito profundo e tem uma experiência acumulada notável com este mercado, estando o próprio operador interessado

em ofertas de maior qualidade para atender as necessidades específicas deste mercado. De notar já, a existência de vários exemplos de agentes da oferta turística, dos dois lados da fronteira, com ofertas acessíveis, tanto no domínio do alojamento (desde o TER ao hoteleiro e até às pousadas de juventude), como de equipamentos e infra-estruturas do turismo cultural, infra-estruturas e serviços do turismo de natureza e activo, e até adegas acessíveis no caso do enoturismo.

Contudo, foi unânime que ainda resta muito trabalho a realizar para se conseguir criar, efectivamente, destinos e experiências completas de qualidade e acessíveis, sendo este um objectivo transversal a alcançar nos projectos de colaboração no âmbito do MIT que se pretendem inovadores, ambiciosos e com impactes significativos ao nível do desenvolvimento sustentável dos territórios envolvidos.

Foi neste sentido que a proposta do *Roadbook* do projecto MIT na área do turismo aponta, no contexto do projecto complementar "Qualidade, Inovação e Marketing" a introdução dos requisitos do turismo acessível na oferta turística, como marca de qualidade distintiva do destino Centro - Castilla y León, nomeadamente através da adopção de uma *marca de turismo acessível* para diversos domínios de actuação, desde o alojamento até ao turismo de natureza, bem como a destinos inteiros (seguindo os exemplos de Ávila e da Lousã). Sugeriu-se também a criação de um *guia do turismo acessível RC-CyL*, onde a informação sobre toda a oferta acessível estaria disponível, em três línguas (português, espanhol e inglês), tanto em formato de papel, como *on-line* e via GPS, para facilitar o planeamento da viagem, a "viagem virtual" ou "pré-experiência", bem como uma melhor orientação sobre as possibilidades no próprio destino, mesmo se a oferta seja oferecida "em pacote", por parte de um operador especializado. Admite-se que, também este mercado procurará, de forma crescente, ofertas mais independentes e de escolha mais espontânea ao longo da estada de férias, o que só será possível

se, efectivamente, a oferta acessível assumir uma dimensão mais relevante e outra visibilidade nos dois territórios e se os próprios territórios, as aldeias, os municípios, os parques naturais se tornarem globalmente mais acessíveis a cidadãos que estão em número crescente, podendo-se mesmo afirmar que a condição de dificuldade motora pode afectar cada um dos cidadãos destes territórios, mesmo se só transitoriamente, em alguma altura da sua vida.

Surge assim, a aposta no turismo acessível como uma estratégia de qualificação e diferenciação do destino, acolhida com algum entusiasmo por parte de muitos *stakeholders* das duas regiões que procuram novos caminhos de colaboração, abrindo janelas de oportunidade muito interessantes, num contexto de um desenvolvimento dos territórios que procura não excluir ninguém do seu usufruto.

3. Conclusão

Sendo objectivo do projecto MIT promover a valorização da realidade territorial da Região Centro de Portugal e de Castilla y León, através da colaboração entre actores dos dois territórios, e com base na dinamização do eixo "Irún-Portugal", é óbvio que a acessibilidade dos territórios em causa é de extrema importância, sendo a sua relevância para o turismo igualmente evidente. Contudo, quando aqui falamos de acessibilidade, referimo-nos ao *acesso de todos ao direito de usufruir de experiências turísticas* nos territórios analisados e que se pretendem posicionar como destinos de excelência num contexto muito competitivo de oferta turística internacional.

A abordagem do projecto MIT na área de turismo, que pode ser designada de *bottom-up*, procurando encontrar propostas estratégicas e de acção, com base nas preocupações e visões dos actores dos territórios, evidenciou que a acessibilidade da oferta turística foi até por muitos dos representantes de diversos sub-sectoros e entidades do turismo

reconhecida como uma *potencial marca de distinção para ofertas de excelência*. A integração desta temática nos *projectos de colaboração transfronteiriça* poderá certamente contribuir para *abordagens mais sustentáveis, inovadoras e mobilizadoras, até da própria sociedade civil*.

Surge assim, a aposta no *turismo acessível como uma estratégia de qualificação e diferenciação do destino*, acolhida com algum entusiasmo por parte de muitos *stakeholders* envolvidos no desenvolvimento da oferta turística na Região Centro e em Castilla y León, regiões que procuram novos caminhos de colaboração, sendo a sua concretização um desafio que envolve um esforço global para promover o território de modo a não excluir ninguém da sua fruição.

Na realidade, criar um *destino turístico acessível* significa, naturalmente e em primeiro lugar, criar um espaço acessível para todos e assim *aumentar a qualidade de vida das próprias populações residentes*, permitindo, em segundo lugar, que os territórios possam, também *acolher da melhor forma os visitantes, inclusivamente as pessoas com necessidades especiais*. Se aliado a este aspecto ainda resultar um benefício económico, associado a um aumento da atractividade da oferta turística, num contexto muito competitivo internacional, estamos claramente perante uma *abordagem muito importante, tanto ao nível económico, como social e cultural, que se integra perfeitamente no novo paradigma da sustentabilidade*, tão frequentemente evocado, mas tão raramente aplicado na prática.

Referências

- ADTRC, 2001, *PEDT Beiras - Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo das Beiras*, Associação para o Desenvolvimento do Turismo nas Beiras (ADTRC), Coimbra.
- Blanco, A., Franco, F., Hernández, A., Herrero, L.C., Hortelano, L.A., Manero, F., 2003, *Castilla y León: presente e futuro del turismo*, Fundación Encuentro, Madrid.
- Buhalis, D., Eichhorn, V., Michopoulou, E., Miller, G., 2005, *Accessibility Market and Stakeholder Analysis, OSSATE -One-Stop-Shop for Accessible Tourism in Europe*, University of Surrey, United Kingdom.
- CCDR, 2007, *POR Centro - Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR), Coimbra.
- CCDR, 2008, *PROTC - Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR), Coimbra.
- CCDR e Junta de Cyl, 2008, *Caderno de encargos. Projecto MIT - Mobilidade, Inovação e Território*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Coimbra.
- CNAD, 2003, *Turismo acessível, Turismo para todos: guia de referência para profissionais de turismo - uma resposta às necessidades especiais dos turistas com deficiência*, Cooperativa Nacional e Apoio a Deficientes, Lisboa.
- Comité Económico e Social Europeu, 2006, Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre o "Turismo Social na Europa", 2006/C 318/12, [<http://eur-ex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2006:318:0067:0077:PT:PDF>].
- English Tourism Council, 2000, *People with disabilities and holiday taking*, English Tourism Council, London.
- Eusébio, M.C.A., 2006, *Avaliação do impacte económico do turismo a nível regional: o caso da Região Centro de Portugal*, Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.
- Devile, E., 2007, *Turismo e Desenvolvimento Sustentável - vol 2*, GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, Lisboa.
- INE, 2007a, *Anuário Estatístico da Região Centro 2006*, Instituto Nacional de Estatística (INE), Lisboa.
- INE, 2007b, *Estatísticas do turismo 2006*, Instituto Nacional de Estatística (INE), Lisboa.
- INE, 2007c, *Encuesta de ocupación hotelera 2006*, Instituto Nacional de Estadística (INE), Madrid.
- Junta de Cyl, 2002a, *Plan de Turismo de Castilla y León*, Consejería de Industria, Comercio y Turismo, Junta de Castilla y León, Valladolid.
- Junta de Cyl, 2002b, *Plan Forestal de Castilla y León*, Consejería de Medio Ambiente y Ordenación del Territorio de la Junta de Castilla y León, Junta de Castilla y León, Valladolid.
- Junta de Cyl, 2007, *Boletín de Coyuntura Turística de Castilla y León 2006*, Junta de Castilla y León, Valladolid.
- MAOTDR, 2007, *PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), Lisboa.
- Mateus, A., 2008, *Road-Book*, Seminário Final MIT - Mobilidade, Inovação e Território, 17 de Novembro, Viseu, Portugal.
- MEI, 2007, *PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo*, Ministério da Economia e da Inovação (MEI), Lisboa.
- OMT, 2008, Organização Mundial do Turismo, Madrid, [<http://www.unwto.org/facts/menu.html>], (acedido em Junho de 2008).
- OMT, 2005, Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo, Organização Mundial do Turismo, 30 Novembro, Dakar, Senegal.